



Número: **0803419-87.2020.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **25/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.150,00**

Processo referência: **0803419-87.2020.8.18.0000**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ADAO PEREIRA DOS SANTOS (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
82571 11	08/02/2020 15:18	Petição Inicial	Petição Inicial
82571 13	08/02/2020 15:18	02-Procuração e Documentos Pessoais	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
82571 14	08/02/2020 15:18	03-Decl Hipossuficiência e Cópia CTPS Desemprego	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
82571 15	08/02/2020 15:18	04-Ofício 187-2013-CGJ-JUSTIÇA-GRATUITA-LEI-1060-de-1950	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
82571 16	08/02/2020 15:18	05-Laudo Médico, B.O, SAMU e Doc Veiculo	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
82571 17	08/02/2020 15:18	06-Prontuario Médico Hospitalar	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
82571 18	08/02/2020 15:18	07-Informações do Sinistro nº 3190-551223	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO



Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica
Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI Nº 12.813

PROCURAÇÃO AD JUDITIA

OUTORGANTE: <u>Adão Pereira dos Santos</u>		
Nacionalidade: Brasileira	Estado Civil: <u>SOLTEIRO</u>	Profissão: <u>Autônomo</u>
RG nº: <u>270.509-SSP/PI</u>	CPF/MF nº: <u>191.303.553-34</u>	
Endereço: <u>Rua Pedro II, nº 1626, Bairro Macaúba</u> <u>Teresina-PI</u>		

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA		
Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)		
RG nº: 2.684.877 - SSP/PI	RG nº: 1.457.994-SSP/PI	
CPF/MF nº: 023.365.163-22	CPF/MF nº:	703.754.703-44
Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito		OAB/PI Nº 12.813.
Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI (CEP: 64019-330).		

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE
SEGURO DPVAT POR INVALIDADEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

Teresina - PI, 20 de dezembro de 2019.

Adão Pereira dos Santos

-Outorgante-

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



ALHADOR

Carteira de Trabalho - CTPS,
Presidente Getúlio Vargas, por-
to nº. 22.035 de 29.10.1932,
formulada pelo Decreto-lei
1945, que aprovou a CLT. Ela
é obrigatória para o exercício de
qualquer atividade profissional.

Os empregados devem registrar todos os dados
pessoais, elementos básicos para
a obtenção dos seus direitos perante a
empresa, bem como para a obten-
ção da carteira e demais benefícios
previstos em lei, ainda, sua habilitação
para o trabalho e ao Fundo de Garantia do
Fatores de Rendimento (FGTS).

As anotações contidas neste
documento têm estado de conservação,
a qualificação e as atividades
exercidas pelo portador.

A carteira, é seu dever protegê-la,
não podendo conter o registro de
qualquer fato que prejudique a
garantia da preservação dos
direitos como trabalhador, e
para assegurar o seu futuro e
seu bem-estar, tendo validade, também,
para identificação.

DA COM RECURSOS DO
EMPREGADOR AO TRABALHADOR.

L MTE: www.mte.gov.br



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP 108.49095.69-4

NÚMERO 5657792

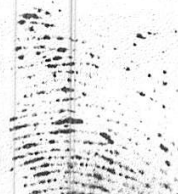
SERIE 0030

PI

Adão Pereira dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO



QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



ADAO PEREIRA DOS SANTOS

FILIAÇÃO.....: MANOEL PEREIRA DOS SANTOS

.....: RITA MENDES DA SILVA

NASCIMENTO.....: 05/09/1959 SEXO: MASCULINO

ESTADO CIVIL.....: CASADO

NATURALIDADE: TERESINA - PI

DOCUMENTO.....: R.G. 270509 SSP PI 22/12/1997

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF.....: 151.303.553-34 CNH.....:

TIT. ELEITOR: SEÇÃO:

ZONA:

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRTE/PI - 03/05/2011

Paulo Henrique de Almeida Mendes

ASSINATURA DO EMISSOR

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE / / PARA / /
DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

LEGENDA

A - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO
B - SEP. JUDICIAL | D - ADOÇÃO | F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

03





COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Ins. Estadual: 19.301.383-5
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizado pela SEFAZ 06/98

Para contato
conosco, informe
esse NÚMERO!!

SEU CÓDIGO

00250439

Nº da Nota Fiscal 023381255

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS
JUNHO/2019

VENCIMENTO
10/07/2019

CONSUMO (kWh)
401

TOTAL A PAGAR (R\$)
591,36

DIONALDA PEREIRA DA SILVA
R. PEDRO II 1626 1626 MACAUBA
CPF: 00013280597315

DADBP 06/10/16-090 - TERESINA

DATAS DA LEITURA	
Atual:	19/06/2019
Anterior:	21/05/2019
Próxima Leitura:	19/07/2019
Emissão:	18/06/2019
Apresentação:	19/06/2019
Dias de Consumo:	19/06/2019

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA	
Classe/Subclasse	29
Ligação	Medida 12 meses
Número Medidor	
Poste	
Código Fat.	

RESIDÊNCIA	
Mês/ano consumo	MONO A998100

CONSUMO	
MAI/19	0
ABR/19	224
MAR/19	214
FEV/19	232
JAN/19	183
DEZ/18	321
NOV/18	305
OUT/18	343
SET/18	333
AGO/18	350
TARIFA SEM TRIBUTOS:	0 A 401 - 0,618758

NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO 7 MENSAGEM	
Mes/Ano	05/2019
Valor R\$	213,93
Unidade consumidora sujeita a suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 04/07/2019. O não pagamento poderá ensejar também a inclusão do nome do consumidor na SERASA. Caso tenha efetuado o pagamento favor desconsiderar este aviso.	
LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25	

Você pode optar pelas datas de vencimento da sua fatura nos dias 1, 5, 10, 15, 20 ou 25, entre em contato por meio dos nossos canais de atendimento.

RESERVADO AO FISCO	
COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$	
Distribuição:	881A.0243.CD1A.CS47801A.02A2.DAA4.AA20
Energia:	Aliquota ICMS:
Transmissão:	Valor do ICMS:
Encargos:	Valor do PIS:
Tributos:	Valor do COFINS:
INDICADORES DE CONTINUIDADE	
11,61	1,40%
120,91	6,49%
FIC	
Mensal	Trimestral
5,31	10,63
21,25	3,11
Período de Operação	
12,45	3,03



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

ADÃO PEREIRA DOS SANTOS		
Brasileiro (a)	SOLTEIRO	AUTÔNOMO
RG nº: 270.509-550/PI	CPF/MF nº: 151.303.553-34	
Endereço: RUA PEDRO II, Nº 1626, BAIRRO MACAÚBA TERESINA-PI		
<p>DECLARA para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>998,00 (Novecentos e noventa e oito reais)</u> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.</p>		

Teresina-PI, 20 de dezembro de 2019.

Adão Pereira dos Santos

(CPF 151 . 303 . 553 - 34)



ALHADOR

Carteira de Trabalho - CTPS,
Presidente Getúlio Vargas, por
to nº. 22.035 de 29.10.1932,
formulada pelo Decreto-lei
1945, que aprovou a CLT. Ela
gatório para o exercício de
atividade profissional.

registrados todos os dados
nho, elementos básicos para
dos seus direitos perante a
bem como para a obten-
oria e demais benefícios
ntindo, ainda, sua habilitação
o e ao Fundo de Garantia do
GTS.

anotações contido neste
u estado de conservação,
a qualificação e as atividades
ortador.

ncia, é seu dever protegê-
lém de conter o registro de
e a garantia da preservação
direitos como trabalhador, e
ara assegurar o seu futuro e
es, tendo validade, também,
identificação.

DA COM RECURSOS DO
MPARO AO TRABALHADOR.

L MTE: www.mte.gov.br



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP 108.49095.69-4

NÚMERO 5657792

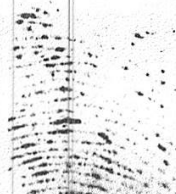
SERIAL 0030

PI

Adão Pereira dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO



QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



ADAO PEREIRA DOS SANTOS

FILIAÇÃO.....: MANOEL PEREIRA DOS SANTOS
 RITA MENDES DA SILVA
 NASCIMENTO.....: 05/09/1959 SEXO: MASCULINO
 ESTADO CIVIL.....: CASADO
 NATURALIDADE: TERESINA - PI
 DOCUMENTO.....: R.G. 270509 SSP PI 22/12/1997
 LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995
 CPF.....: 151.303.553-34 CNH.....:
 TIT. ELEITOR: SEÇÃO:
 LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRTEPI - 03/05/2011 ZONA:

Paulo Henrique de Almeida Mendes

ASSINATURA DO EMISSOR

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE / / PARA / /
 DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

LEGENDA

A - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO
 B - SEP. JUDICIAL | D - ADOÇÃO | F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

03



DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

GRUPO SANGÜÍNEO FATOR RH	DIABETE <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	HEMOFILIA <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
ALERGIAS <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. nº 879, de 12 de julho de 1993) <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		

CARTEIRAS ANTERIORES

NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
1443.55	0005	SP	17/03/1999
03/05/2011 <i>Ass. Ram Sanches</i>			
DATA DA ANOTAÇÃO ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR			
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
/	/	/	/
DATA DA ANOTAÇÃO ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR			
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
/	/	/	/
DATA DA ANOTAÇÃO ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR			

06

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR	...		
CGC/CPF/CEI	...		
ENDEREÇO	...		
MUNICÍPIO	UF	...	
ESP. DO ESTABELECIMENTO	...		
CARGO	Soldador		
CBO Nº	7.243-15		
DATA DE ADMISSÃO	04	DE	Julho DE 2011
REGISTRO Nº	02	FLS. / FICHA	36
REMUNERAÇÃO ESPECÍFICA	R\$ 580,00 (Quinhentos e Oitenta reais)		
DATA DE SAÍDA	31	DE	Outubro DE 2011
COM. DISPENSA CD Nº	...		
FGTS Nº DA CONTA	...		

07



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: CONSTR. E COM. CAMARGO CORREA S/A
 CNPJ: 61.522.512/0031-28
 Rodovia BR 364, KM 110, Gleba Capitão Silveiro, S/N
 Município: Porto Velho Estado: RO
 Esp. do Estabelecimento:
 EXEC POR ADM OBRA HIDR OU DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Cargo: SOLD ARMACAO CBO N°:
 Data Admissão: 07.12.2012
 Registro N°: 341144 FLS./Ficha:
 Remuneração Específica: 5,73 Por HORA
 CINCO REAIS E SETENTA E TRES CENTAVOS

ASS. DO EMPREGADOR OU A REGRAS TESTEMUNHA
 1ª 16 DE Maio DE 2013
 2ª José Francisco Procêdomio da Silva
 DE PESSOAL
 C. C. Camargo Correa S/A
 COM. DISPENSA CD N°:
 FGTS N° DA CONTA:

08

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR:
 CGO/CPF/CEI:
 ENDEREÇO:
 MUNICÍPIO: UF:
 ESP. DO ESTABELECIMENTO:
 CARGO: maquinista CBO N°:

DATA DE ADMISSÃO: 24 DE Setembro DE 2013
 REGISTRO N°: 339 FLS./FICHA:
 REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA: R\$ 1.500,00/mês
 (um mil e quinhentos reais)

DATA DE SAÍDA: 30 DE Março DE 2014
 DESTROY DESMONTES TÉCNICOS LTDA
 COM. DISPENSA CD N°:
 FGTS N° DA CONTA:

09



CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR **VATEL PRO TECNICA**
LTD A
 CGC/CPF/CEI **02267878/0001-13**
 ENDEREÇO **Rua Genes Celeste**
N. 2360
 MUNICÍPIO **Goias m** UF **GO**
 ESP. DO ESTABELECIMENTO **Soldador**
 CARGO **Rx**
 CBO Nº **01**

DATA DE ADMISSÃO **01** DE **Junho** DE **2015**

REGISTRO Nº **PS 1001.53**

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA **R\$ 1.600,00**

Hum Mil e Oitenta e Cinco
Reais Contados
Assinado

1ª **Assinado** 2ª **Assinado**

DATA DE SAÍDA **15** DE **Junho** DE **2015**

1ª **Assinado** 2ª **Assinado**

COM. DISPENSA CD Nº **01**

FGTS Nº DA CONTA **01**

10

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR **F5 CONTINHO P. MHO**
EIRLI
 CGC/CPF/CEI **08652035/0001-13**
 ENDEREÇO **Rua SORIANO VAZ SILVA**
79 3020
 MUNICÍPIO **Goias m** UF **GO**
 ESP. DO ESTABELECIMENTO **Soldador**
 CARGO **Rx**
 CBO Nº **5243.15**

DATA DE ADMISSÃO **03** DE **Junho** DE **2015**

REGISTRO Nº **PS 1001.53**

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA **R\$ 1.600,00**

Hum Mil e Oitenta e Cinco
Reais Contados
Assinado

1ª **Assinado** 2ª **Assinado**

DATA DE SAÍDA **15** DE **Junho** DE **2015**

1ª **Assinado** 2ª **Assinado**

COM. DISPENSA CD Nº **01**

FGTS Nº DA CONTA **01**

11



CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR **DISTAK** **CONTRATO DE TRABALHO**
 CNPJ: 06.878.247 0001-51
 DISTAK SERVIÇOS DE CALDEIRARIA
 MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO LTDA
 Av. Francisco Sá, 4834
 Alvaro Weyna, CEP: 60.310-002
 Fortaleza, Ceará
 Esp. do Estab.: Serviço

CGC/CPF/CEI

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

ESP. DO ESTABELECIMENTO

CARGO Caldeireiro
 CBO Nº 3244-10

DATA DE ADMISSÃO 30 DE Setembro DE 2018
REGISTRO Nº 07 **FLS. / FICHA** 2
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) por mês
ASS. DO EMPREGADOR OU A RISCO O TESTEMUNHA
Francisco Ferreira
Gerente de Produção

DATA DE SAÍDA 07 DE Outubro DE 2018
ASS. DO EMPREGADOR OU A RISCO O TESTEMUNHA
Francisco Ferreira
Gerente de Produção

COM. DISPENSA CD Nº

FGTS Nº DA CONTA

12

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR

CGC/CPF/CEI

ENDEREÇO

MUNICÍPIO **UF**

ESP. DO ESTABELECIMENTO

CARGO

CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO DE DE
REGISTRO Nº **FLS. / FICHA**

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA

ASS. DO EMPREGADOR OU A RISCO O TESTEMUNHA
 1ª 2ª

DATA DE SAÍDA DE DE
ASS. DO EMPREGADOR OU A RISCO O TESTEMUNHA
 1ª 2ª

COM. DISPENSA CD Nº

FGTS Nº DA CONTA

13





ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

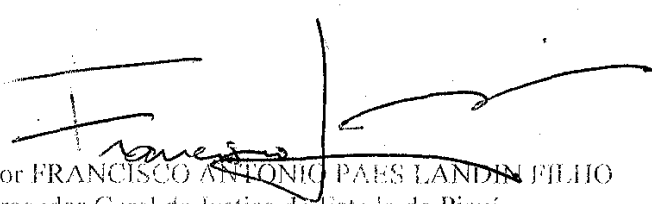
Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.

Senhores(as) Juízes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,


Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.
Assunto...: ENCAMINHAMENTO
Título....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDDENHAÇÃO/CNJ.
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

De ordem,
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Antônio Paes Landim Filho
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico
CEP 64000-830
Teresina-PI

Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí
Fonê: (86) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público¹ e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

Data vênia, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da

¹ A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800





Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.

2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.

3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA



PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

CLASSE: Pedido de Providências

REQUERENTE: EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

RÉU:

CERTIDÃO

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA

REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ

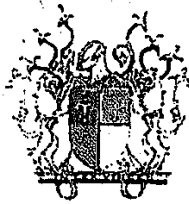
PARECER

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação



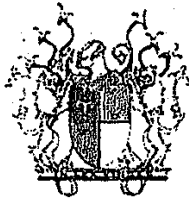


**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

In casu, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

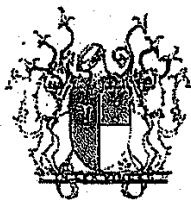
II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

"DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99."

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

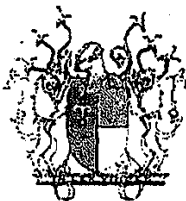
(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

verbis:

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

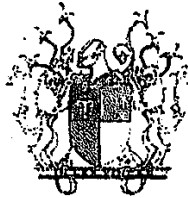
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar
concorrentemente sobre:
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Agora o sobe
para a Comissão
Tribunal de Contas
jul de 2013, para
atendimento - que se
matéria, para
o fim de
tr



RELATÓRIO MÉDICO

ADAO PEREIRA DOS SANTOS

PRONTUÁRIO: 67688

Paciente vítima de acidente de trânsito

admitido neste serviço no dia 21/06/19

Os exames de imagem identificaram HSDC

Foi submetido a TRAPANÇÃO PARA DRENAGEM DE HEMATOMA INTRACRANIANO e permaneceu internado até o dia 23/06/19 pela neurocirurgia.

Recebeu alta em escala de coma de Glasgow 15 e sem déficit neurológico
Deve afastar-se de suas atividades laborais pelo período de 15 dias.

ORIENTAÇÕES

- 1 – Acompanhamento ambulatorial com neurocirurgia
 - 2 – Caso tenha sido operado, retirar os pontos com 14 dias
 - 3 – Fazer uso das medicações prescritas no receituário entregue na alta hospitalar.
 - 4 – Em caso de piora neurológica procurar atendimento de emergência, na rede pública conveniada.
 - 5 – A consulta deve ser marcada para 30 dias após a alta hospitalar
 - 6 – Médico da internação: DR. LEONARDO MOURA
- Consultório particular: (86)3217-1111

Observação:

Levar esse relatório médico na consulta com o neurocirurgião.

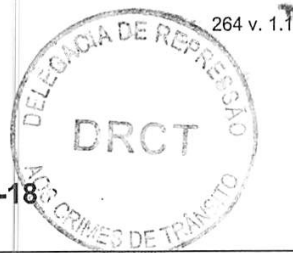
Teresina, 23/06/19


DR. Esmário Oliveira / CRM-PI 5084





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.003662/2019-18

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Jerônimo Soares Lima Júnior

Data/Hora: 23/09/2019 - 13:05

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

Data/Hora

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

13/05/2019 - 17:00

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Bairro

PARQUE UNIVERSITÁRIO

Endereço

AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, Nº:

Complemento

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: ADÃO PEREIRA DOS SANTOS

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

RG: 270509 SSP/PI

Mãe: RITA MENDES DA SILVA

Pai: MANOEL PEREIRA DOS SANTOS

Endereço: BLOCO 03 APT. 301, Nº

Complemento: RESIDENCIAL BEM VIVER

Bairro: LOURIVAL PARENTE

Cidade: TERESINA

Telefone(s): 86-9955-4743

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

RELATA QUE CONDUZIA A MOTO HONDA CG 125 FAN ES, PLACA ODW-8621, COR VERMELHA, RENAVAL 00992900638, PROPRIEDADE DO NOTICIANTE, E QUE TRAFEGAVA PELA VIA CITADA, QUANDO VEÍCULO QUE ESTAVA EM SUA FRENTE SINALIZOU PARA FAZER A CONVERSÃO E NÃO O FEZ PROVOCANDO A COLISÃO. QUE FOI SOCORRIDO PELO SAMU E LEVADO PARA O HUT (PRONT. 67688), DECLARAÇÕES DO NOTICIANTE.

Jerônimo Soares Lima Júnior - Mat.
AGENTE DE POL.

Adão Pereira dos Santos
ADÃO PEREIRA DOS SANTOS - Noticiante
Responsável pela Informação

Lucey Keiko Leal Parafba
Delegada Geral da Polícia Civil-PI
Mat.: 196.331-7





Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência -SAMU



SAMU
192

Dados do Chamado	01 N° do chamado 08 SD 2208	02 Data do chamado 13/05/2019	03 PRO (código) 2898	04 Saída do PA 17:33	05 Chegada ao local 17:42
	06 Saída do local 18:07	07 Chegada ao 1º hospital 18:50	08 Saída do 1º hospital	09 Chegada ao 2º Hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço Av. Pres. Kennedy - Via pública -				
	11 Bairro Pq. Universitario		12 Município-UF THER-PI		Código IBGE
	13 Ponto de referência Diogenia Alves, Moro				
Dados do Paciente	14 Nome Adão Pereira dos Santos				15 Sexo <input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Ignorado
	16 Idade 5.9.59 59		17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica? 1- Sim <input checked="" type="checkbox"/> 2- Não <input checked="" type="checkbox"/> 9- Ignorado		
Tipo de Ocorrência	18 Tipo de ocorrência <input checked="" type="checkbox"/> 01 Acidente de transporte <input type="checkbox"/> 02 Agressão física-espantamento <input type="checkbox"/> 03 Agressão física-FAF <input type="checkbox"/> 04 Agressão física-FAB <input type="checkbox"/> 05 Urgência psiquiátrica <input type="checkbox"/> 06 Tentativa de suicídio <input type="checkbox"/> 07 Envenenamento <input type="checkbox"/> 08 Afogamento <input type="checkbox"/> 09 Queimadura <input type="checkbox"/> 10 Choque elétrico <input type="checkbox"/> 11 Queda <input type="checkbox"/> 12 Urgência clínica <input type="checkbox"/> 13 Urgência obstétrica <input type="checkbox"/> 14 Transferência <input type="checkbox"/> 15 Exames complementares <input type="checkbox"/> 16 Outros <input type="checkbox"/> 17 Já removido <input type="checkbox"/> 18 Falso chamado				
	19 Vítima <input type="checkbox"/> 20 Meio de locomoção <input type="checkbox"/> 21 Outra parte envolvida <input type="checkbox"/> 22 Equipamentos de segurança <input checked="" type="checkbox"/> Capacete <input type="checkbox"/> Airbag <input type="checkbox"/> Cinto de segurança <input type="checkbox"/> Assento para criança				
Exame Físico	23 Glasgow = 15 ABERTURA OCULAR <input checked="" type="checkbox"/> 4- Espontânea <input type="checkbox"/> 3- À voz <input type="checkbox"/> 2- À dor <input type="checkbox"/> 1- Nenhuma RESPOSTA VERBAL <input checked="" type="checkbox"/> 5- Orientada <input type="checkbox"/> 4- Confusa <input type="checkbox"/> 3- Palavras inapropriadas <input type="checkbox"/> 2- Palavras incompreensíveis <input type="checkbox"/> 1- Nenhuma RESPOSTA MOTORA <input checked="" type="checkbox"/> 6- Obedece a comandos <input type="checkbox"/> 5- Localiza dor <input type="checkbox"/> 4- Movimento de retirada <input type="checkbox"/> 3- Flexão anormal <input type="checkbox"/> 2- Extensão anormal <input type="checkbox"/> 1- Nenhum				
	24 Sinais Vitais Pulso 12 Resp. 20 PA 140 x 80 TAX. 98% 25 Local da lesão				
Assistência	26 Pupilas 1- Iguais 2- Desiguais 27 Pulso Radial 1- Cheio 2- Fino 3- Ausente 28 Sangramento 1- Sim 2- Não 29 ESCALA DE DOR DE 0 A 10 30 Fratura 1- Sim <input type="checkbox"/> Exposta <input type="checkbox"/> Fechada <input checked="" type="checkbox"/> 2- Não <input checked="" type="checkbox"/> 3- Suspeito <input type="checkbox"/>				
	31 Procedimentos realizados (1- Sim 2- Não) <input checked="" type="checkbox"/> 2 Aspiração <input checked="" type="checkbox"/> 2 Prancha longa/curta <input checked="" type="checkbox"/> 2 Imobilização de extremidades <input checked="" type="checkbox"/> 2 Oxigênio <input checked="" type="checkbox"/> 2 Colar cervical <input checked="" type="checkbox"/> 2 Reanimação cardiopulmonar <input checked="" type="checkbox"/> 2 Curativos <input checked="" type="checkbox"/> 2 Kred <input checked="" type="checkbox"/> 2 Assistência obstétrica 32 Hospital de Destino H. U.T. <input type="checkbox"/> Não Removido 33 Condições de entrada 1- Melhorado 2- Piorando 3- Inalterado <input checked="" type="checkbox"/> 34 Óbito 1- Sim <input type="checkbox"/> 2- Não <input checked="" type="checkbox"/>				
Observações Interdisciplinar	35 Pte 59 anos, ABO RH O-, vítima de colisão moto vs carro (pcte motoqueiro) apresentando: Escoriação em face (peri-ocular e temporal) + MIE + Queixa de cefaleia; Abordado inicialmente pela motolância, fora da cena do acidente, deambulando, capacete removido pelo mesmo (digo, não fazia uso), consciente, confuso (inicialmente e orientado na chegada da USB), sudoreico; INFORMA: cardiopatia, HAS e uso de vários medicamentos; NEGA: síncope, vômitos, dorralgia, cervicalgia, parestia, parestesia, plegia, alergia medicamentosa; Obs: ingestão líquida e sólida há 02h antes; Acolhido na ACCR				
	Responsável pela recepção: Marcos S. de Moraes Oliveira Socorristas Médico AE/TE: Marcos S. de Moraes Oliveira Enfermeiro: Gelúlio Condutor: Gelúlio				

Contato - 98863-0923



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PI Nº **010734131124**
0120140050188 59056880830

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO
0686005745818763368-5f1d2e5a8ee644bf3e032114

VIA 1 COD. RENAVAM 00992900638 RNTRC

NOME/ENDEREÇO
ADAO PEREIRA DOS SANTOS

COM RES BEM VIVER 04555
LOURIVAL PARENTE BL-13 AP- PI

CPF/CNPJ 15130355334 PLACA ODW-8621

NOME ANTERIOR
JOTAL LTDA-TERESINA

PLACA ANT/UF CHASSI
9C2JC4120ER018041

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLO/NENHUMA COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/CG 125 FAN ES ANO FAB. 2014 ANO MOD. 2014

CAP/POT/CIL 02P/0124CC CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

OBSERVAÇÕES
0 PBT: 000.28

ALIENACAO FIDUCIARIA
ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA L

LOCAL TERESINA DATA 06/03/2014

JOSÉ ANTONIO VASCONCELOS
DIRETOR GERAL DO DETRAN - PI



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PI Nº 010734131124
0120140050188 59056880830

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO
06860057458f8763d68a5f1d2e5a8ee644bf3e032114

1 00992900638

ADAO PEREIRA DOS SANTOS

COM RES BEM VIVER 04555
LOURIVAL PARENTE BL-13 AP- PI

15130355334 ODW-8621

JOTAL LTDA-TERESINA

9C2JC4120ER018041

PAS/MOTOCICLO/NENHUMA GASOLINA

HONDA/CG 125 FAN ES 2014 2014

02P/0124CC PARTIC VERMELHA

0 PBT: 000.28

ALIENACAO FIDUCIARIA
ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA L

TERESINA 06/03/2014

JOSÉ ANTONIO VASCONCELOS
DIRETOR GERAL DO DETRAN - PI





NOME DO PACIENTE: Adão Pereira dos Santos

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 67688

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

BOLETIM DE ENTRADA (BE)**DADOS DO PACIENTE:**

Nome:	ADAO PEREIRA DOS SANTOS	Prontuário:	67688
Mãe:	RITA MENDES DA SILVA	Pai:	MANOEL PEREIRA DOS SANTOS
End. Resid.:	QD B, CS 10 - ANGELIM - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento:	05/09/1959	Idade:	59a8m8d
Sexo:	Masculino	Fone:	86-98863-0923
Responsável:	SILVIA HELENA	CNS:	705103362582340
Profissão:	SOLDADOR	Documento:	RG: 270509 - PI
G. Instrução:	Médio Incompleto	E. Civil:	Casado(a)

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	721520	Entrada:	13/05/2019 18:49:26	Convênio:	S U S	Proced:	0301060029
Motivo da Procura	ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)						
(Conforme Paciente/Acomp):	AMBULÂNCIA DO SAMU						
Condução:	HUT DR. ZENON ROCHA						

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação:	Classificação:	Cor:
TRAUMA CRANIOENCEFÁLICO	Dor moderada	Amarelo
Breve História Clas. Risco:	ALINE SAMARA DA SILVA COREN PI - 284368 Em: 13/05/2019 18:56:07	
QUEDA DE MOTO, TCE, NÃO USAVA CAPACETE, NEGA PERDA DA CONSCIÊNCIA, APRESENTA ESCORIAÇÕES NA FACE A ESQUERDA. E JOELHO ESQUERDO. QUEIXA-SE DE CEFALÉIA. NEGA ALERGIA		

SSVV:	(Hora: ____:____)								
Peso:	0,00 Kg	Altura:	0,00 M	IMC:	0,00 Kg/m2	Pulso:	bmp	Pressão:	mmHg

Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta:
QUEDA D MOTO HÁ 3 HORAS. RELATA AMNÉSIA
A) VIAS AERIAS PERVIAS SEM COLAR CERVICAL E PRANCHA RÍGIDA
B) MURMURIO VESICULAR PRESENTE BILATERALMENTE SEM RONCOS OU SIBILOS. SAT O2: 98 ; FR: 14
C) SEM SANGRAMENTOS EVIDENTES. PA: ABDOME FLÁCIDO, INDOLOR, SEM SINAIS DE IRRITAÇÃO PERITONEAL
D) GLASGOW 15. PUPILAS ISOCÓRICAS FOTOREAGENTES. SENSIBILIDADE PRESERVADA NOS MMSS E MMII
E) ESCORIAÇÕES EM FACE E MMII, SEM SINAIS DE FRATURA

Diagnóstico Inicial:	CID:
?	

Exames Complementares:
(1216141) - ANGIO TC DE CRÂNIO

Prescrição Médica:

Motivo da Alta/Encerramento:		
Observação (Adulto)	DATA: / /	HORA: :

Assinatura Paciente ou Responsável

WILLIAM DE ALMEIDA MACHADO
CRM 3811 Em: 13/05/2019 19:32:55



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

N E U R O C I R U R G I A
OK.

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

DADOS DO PACIENTE:

Imp: 21/06/2019 19:30:22
(User: MARCUS DENYS)
(Estação: CONSULTORIO03)

Nome:	ADAO PEREIRA DOS SANTOS	Prontuário:	67688
Mãe:	rita MENDES DA SILVA	Pai:	MANOEL PEREIRA DOS SANTOS
End.Resid.:	QD B, CS 10 - ANGELIM - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento:	05/09/1959	Idade:	59a9m16d
Sexo:	Masculino	Fone:	86-98863-0923
Responsável:	O MESMO	CNS:	705103362582340
Profissão:	SOLDADOR	Documento:	RG: 270509 - PI
G. Instrução:	Médio Incompleto	E.Civil:	Casado(a)

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	727519	Entrada:	21/06/2019 19:25:58	Convênio:	S U S	Proced:	0301060061
Motivo da Procura	(Conforme Paciente/Acomp): MAL SÚBITO/MAL ESTAR						
Condução:	VEÍCULO PRÓPRIO OU DE TERCEIROS						

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação:	Classificação:	Cor:
		Indefinido
Breve História Clas. Risco:		

SSVV:	(Hora: ____:____)								
Peso:	0,00 Kg	Altura:	0,00 M	IMC:	0,00 Kg/m2	Pulso:	bmp	Pressão:	mmHg

Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta:

passado de trauma craniano há 01 semana evoluindo com cefaléia que não responde a medicação usual

TOMOGRAFIA REALIZADA
DATA 21/06/19 HORA 19:40
EXAME 2 crânio
TECNOLOGO: [assinatura]

Diagnóstico Inicial:	CID:
?	

Exames Complementares:

(1244558) - T.C. DE CRÂNIO

403010306

Prescrição Médica:

11/06/2019
MARCUS DENYS ARAUJO COSTA
CRM 1638 PI

5065.

Motivo da Alta/Encerramento:

Observação (Adulto)

DATA: / /

HORA: :

Adão pereira dos santos
Assinatura Paciente ou Responsável

MARCUS DENYS ARAUJO COSTA
CRM 1638 PI Em: 21/06/2019 19:30:22





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Imp: 21/06/2019 19:30:22
(MARCUS DENYS)

FICHA DE PARECER PROFISSIONAL

DADOS DO PACIENTE:

Nome: ADAO PEREIRA DOS SANTOS		Prontuário: 67688	
Mãe: RITA MENDES DA SILVA		Pai: MANOEL PEREIRA DOS SANTOS	
End.Resid.: QD B, CS 10 - ANGELIM - TERESINA - PI - CEP: 64000-010			
Nascimento: 05/09/1959	Idade: 59a9m16d	Sexo: Masculino	Fone: 86-98863-0923
Responsável: O MESMO		CNS: 705103362582340	
Profissão: SOLDADOR		Documento: RG: 270509 - PI	
G. Instrução: Médio Incompleto		E.Civil: Casado(a)	
End.Local.: - - -			

DADOS DO ATENDIMENTO:

Idigo: 727519	Data: 21/06/2019 19:25:58	Clas. Cor: Indefinido
Motivo da Procura: MAL SÚBITO/MAL ESTAR		Convênio: S U S

DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

Data/Hora Solicitação: __/__/__	ESPECIALISTA: <i>RCR</i>
MOTIVO DA SOLCITAÇÃO: <i>TCE no 2º mês - 614. Denúncia leve. Paciente com dor no abdômen em um dos Antecostais. Em uso de Morfina 2mg 1x dia + Concor 5mg + Emla 10.0 + sildotene 20mg.</i>	
<i>colu.</i>	
Carimbo/Assinatura Solicitante	

DADOS DO PARECER: Data/Hora: __/__/__

<i>Intermedios</i>
<i>Servm opm</i>
<i>24.00</i>
<i>CRM - PI 3671</i>
<i>Neurocirurgia</i>
<i>Roberto de Moura S. Junior</i>
Carimbo/Assinatura Prof. Parecer

DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):

Data/Hora Solicitação: __/__/__	ESPECIALISTA:
MOTIVO DA SOLCITAÇÃO:	
Carimbo/Assinatura Solicitante	

DADOS DO PARECER: Data/Hora: __/__/__

Carimbo/Assinatura Prof. Parecer





FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINÁ PROF. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
Centro Cirúrgico

Nome do Paciente <i>Adão Pereira dos Santos</i>		
Diagnóstico pré-operatório <i>Hematoma subagudo esquerdo subdural</i>		
Operação - Tipo <i>Neurocirurgia - drenagem de hematoma subdural</i>		
Cirurgião <i>Dr. Antônio Carlos</i>	1º Assistente <i>✓</i>	<i>esquerda</i>
2º Assistente	3º Assistente	
Instrumentador(a)	Anestesiista	Anestesia
Anestésico(a)		
Data da Operação <i>22.06.19.</i>	Início <i>09:35</i>	Fim
Diagnóstico Pós-operatório <i>Drenagem de hematoma subdural crônico esquerdo.</i>		
Relatório Imediato do Patologista		
Acidente Durante a Operação		
DESCRÇÃO DA OPERAÇÃO (Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)		
<ol style="list-style-type: none">① Decúbito dorsal, cabeça com rotação para direita.② Assepsia, Antissepsia - colocação de campo cirúrgico.③ Incisão linear em bossa parietal (leuon).④ Expanção parietal, abertura da dura mater.⑤ Drenagem de hematoma subdural crônico.⑥ Posicionado dreno em espaço subdural com irrigação copiosa com 560,9%.⑦ hemostase.⑧ Síntese por plano.		

Julio Cesar Lima de Souza
CRM: 647457
HUT
CONFERE COM ORIGINAL

Antônio Carlos Souza
Neurocirurgião
CRM: 3728

Antônio Carlos Souza
Neurocirurgião
CRM: 3728

Mod. 76 HUT



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUJ

Rua Dr. Otto Rito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

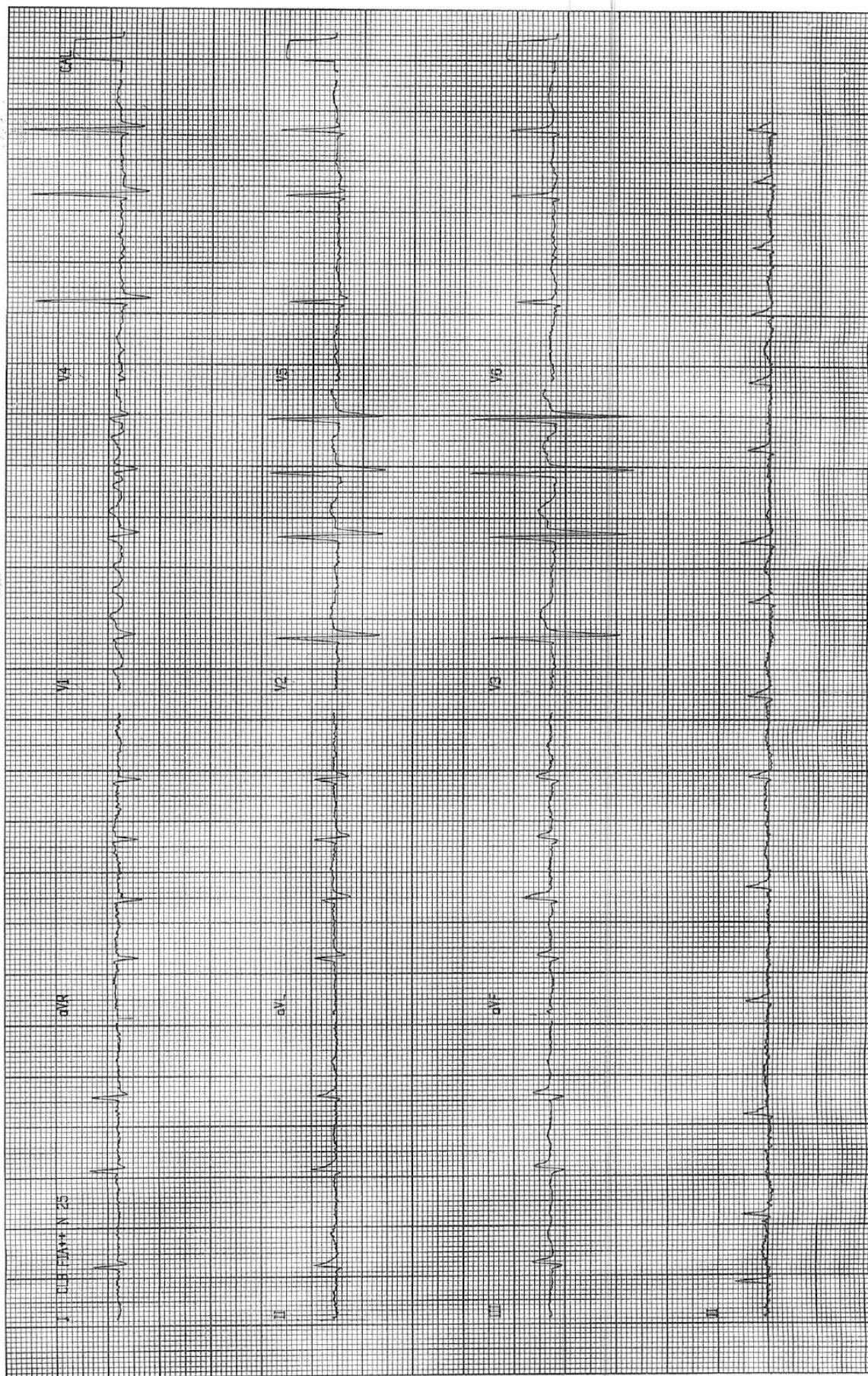
PRESCRIÇÃO MÉDICA No.: 50510 - Em: (23/06/2019)

Atendimento:	Prontuário:	Paciente:	Dt.Nasc.	Clínica:	Enfermaria:	Leito:	Médico Assistente:		
241610	67698	ADAO PEREIRA DOS SANTOS	05/09/1959	CLÍNICA NEUROLOGIA - P07	ENFERMARIA 216	LEITO 34	MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS		
Evolução:	<p>Assintomático. Glasgow 15. PPR. Sem déficits PO: Nupia e seca. CP: Alta Hospitalar / Icterico Ictérico</p>								
Dieta:	<p>Diagnóstico/Comorbidades: PÓS OP HSDC</p>								
Seq.:	Descrição-Apresentação/Observação:	Dose:	Unid.:	Via:	Int.:	Recons:	Dil.Vol.:	Horários:	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM:
1	ORAL Tipo BRANDA,								08:30h - Paciente de alta
2	CLORETO DE SÓDIO 0,9% (SORO FISIOLÓGICO) 1000ML SIST FECHADO	1,00	Frasco	EV	12/12h				
3	RANITIDINA 25MG/ML, INJ. C/2ML. FAZER 2ML + 18ML DE AD	50,00	mg	EV	8/8h				
4	FENITOÍNA SÓDICA 50MG/ML, INJ. 5ML FAZER 2ML + 100ML SF 0,9% EV 8/8h	1,00	Ampola	EV	8/8h				
5	DIPTRONA SÓDICA 500MG/ML, INJ. 2ML. FAZER DE 6/6h EM CASO DE DOR OU FEBRE	1,00	Ampola	EV	SN				
6	BROMOPRIDA 5MG/ML, INJ. 2ML. FAZER 2ML + 8ML AD DE 8/8h EM CASO DE NAUSEAS OU VÔMITOS	1,00	Ampola	EV	SN				
7	HALOPERIDOL 5MG/ML, INJ. AMP 1ML. EM CASO DE AGITAÇÃO PSICOMOTORA	1,00	Ampola	IM	SN				
8	TRAMADOL 100MG/2ML INJETÁVEL FAZER EM 100ML SF 0,9% EV 6/6h - EM CASO DE DOR INTENSA	1,00	Ampola	EV	SN				
9	MORFINA, 10MG/ML INJ. C/1ML. DILUIR PARA 10 ML AD E ADMINISTRAR 3 ML DE 4/4h SE DOR INTENSA	1,00	Ampola	EV	SN				
10	CAPTOPRIL 25MG SE PA> 160/110MMHG	2,00	Comprim	Oral	SN				

Observações Gerais: CASECEIRA ELEVADA / MOTOTERAPIA MOTORA E RESPIRATORIA / SINAIS VITAIS REGULARES / NEUROCHECK 2/2 H

Idaio Pereira dos Santos (

25/06/20 20:45H





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E OU MUDANÇA
DE PROCEDIMENTO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código da Internação:
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	241610

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: ADAO PEREIRA DOS SANTOS	6 - Prontuário: 67688
7-CNS: 705103362582340 8-Nascimento: 05/09/1959 9-Sexo: Masculino	RG: 270509- PI-Exp:
11-Mãe: RITA MENDES DA SILVA	12-Fone: 86-98863-0923
13-Resp: (O MESMO)	14-Fone:
15-Ende: QD B, CS 10 - ANGELIM - CEP: 64000-010	
16-Munic: TERESINA 17-Cod.IBGE: 221100 18-UF: PI 19-CEP: 64000-010	

SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

19-Cod. Procd.Anterior 0403010314	18 - Procedimento Principal Anterior / Descrição TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA SUBDURAL CRONICO
21-Cod. Mudança Procd. 0415020077	20 - Mudança de Procedimento / Descrição PROCEDIMENTOS SEQUENCIAIS EM NEUROCIRURGIA
27-CID Prin: ? 26-Diagnóstico:	28-CID Sec.: 29-CID C.Ass.:

38-Profissional Responsável: ANTONIO CARLOS BARBOSA SOUSA	40-Tp. Documento: CPF	
39-Data Solicitação: 21/06/2019	40-No.Doc. Med. Solic.: 963.249.613-20	

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

paciente, 59 anos, com história de tce há 2 semanas, evoluindo com disfasia + cefaleia intensa, tc crânio evidenciou HSDC, realizado tto neurocirúrgico: TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA SUBDURAL CRONICO 0403010314 S065 + TREPANACAO CRANIANA PARA PROPEDEUTICA OU TERAPEUTICA NEUROCIRURGICA 0403010365.

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização: 21/06/19	48-CNS/CPF:
51-Justificativa da 'NÃO' autorização:		49-Ass.Carimbo (Rg.Conselho)
50. Nome do Profissional/parecer controle de avaliação/auditoria	51-Data Autorização: 21/06/19	52-CNS/CPF: Celso Pires Ferreira Filho Assessor de Auditoria DRCAAFMS CRM - PI 1638 - CPF: 153.583.537-9 CNS 201560408930004
		53-Ass.Carimbo (Rg.Conselho)

(ANA QUEIROZ)



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇAS DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Nº LAUDO: 217352
	AIH: 2219100437664

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	CNES
HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	5828856
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	CNES
HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	5828856

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS	NOME DO PACIENTE	NASCIMENTO	PRONTUÁRIO	SEXO
108544251090001	ADAO PEREIRA DOS SANTOS	05/09/1959	67688	M
DOCUMENTO	TELEFONE	NOME DA MÃE	RESPONSÁVEL	
	86988598986	RITA MENDES DA SILVA	O MESMO	
CEP	ENDEREÇO (LOGRADOURO)		NUMERO / LOTE	
	RUA PEDRO II		1626	
BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO	UF	
MACAUBA		TERESINA	PI	

PROCEDIMENTO PRINCIPAL

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	CÓD. PROCEDIMENTO PRINCIPAL
PROCEDIMENTOS SEQUENCIAIS EM NEUROCIRURGIA	0415020077

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR			CÓDIGO
TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA SUBDURAL CRONICO			0403010314
DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA			CÓDIGO
PROCEDIMENTOS SEQUENCIAIS EM NEUROCIRURGIA			0415020077
DIAGNOSTICO INICIAL	CID 10 PRINCIPAL	CID 10 SECUNDARIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

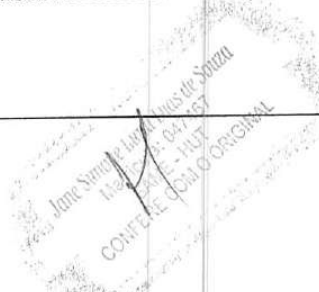
paciente, 59 anos, com história de tce há 2 semanas, evoluindo com distasia + cefaleia intensa, to crânio evidenciou HSDC, realizado no neurocirúrgico: TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA SUBDURAL CRONICO 0403010314 S065 + TREPANACAO CRANIANA PARA PROPEDEUTICA OU TERAPEUTICA NEUROCIRURGICA 0403010365.

PROFISSIONAL SOLICITANTE

NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)
ANTONIO CARLOS BARBOSA SOUSA	
CNS SOLICITANTE	DATA SOLICITAÇÃO
980016287605508	08/07/2019

AUTORIZAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR			ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)	
JOSE CARLOS DE OLIVEIRA GOMES				
CNS AUTORIZADOR		ORGÃO EMISSOR	DATA AUTORIZAÇÃO	
203833974930000			08/07/2019 08:49:30	



out:blank





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código da Internação: 241610
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	241610

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: ADAO PEREIRA DOS SANTOS	6 - Prontuário: 67688
7-CNS: 705103362582340 8-Nascimento: 05/09/1959 9-Sexo: Masculino	RG: 270509 - PI
11-Mãe: RITA MENDES DA SILVA	12-Fone: 86-98863-0923
13-Resp: (O MESMO)	14-Cor: Sem Informação
15-Ender: QD B, CS 10 - ANGELIM - CEP: 64000-010	
16-Munic: TERESINA 17-Cod.IBGE: 221100 18-UF: PI 19-CEP: 64000-010	

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais sinais e sintomas clínicos: PACIENTE COM HISTÓRIA DE TCE HÁ 2 SEMANAS, EVOLUINDO COM DISFASIA + CEFALÉIA INTENSA. EM TC DE CRÂNIO EVIDENCIOU HSDC COM INDICATIVO CIRURGICO.
21 - Condições que justificam a internação: AS A CIMA
22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados): EXAME FÍSICO + TC DE CRÂNIO
23-Diagnóstico Inicial: Hemorragia subdural devida a traumatismo
24-CID Prim.: S065 25-CID Sec.: 26-CID C.Ass.:

PROCEDIMENTO SOLICITADO


28-Cod.Proced.: 0403010314 27-Procedimento Solicitado: TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA SUBDURAL CRONICO	Tempo SUS 15
29-Clinica: 30-Caráter: Ident.: 31-Docum.: 32-Doc. Méd. Solic.: 02 01 CPF 963.249.613-20	Dr. Marcus Vinicius dos Santos CRM: 3950 Coordenador - Neurocirurgia Hospital de Urgência de Teresina
33-Nome Profissional Solicitante/Assistente: ANTONIO CARLOS BARBOSA SOUSA	34-Data Solicitação: 21/06/2019
35-Ass. Carimbo Med. Sol. (CRM)	

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36- () Acidente de Trânsito	39-CNPJ Seguradora:	40-No. Bilhete:	41-Série:
37- () Acidente Trabalho Típico	42-CNPJ Empresa:	43-CNAE Empresa:	44-CBOR:
38- () Acidente Trabalho Trajeto			
45 - Vínculo com a Previdência: () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado			

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:		47-Data Autorização: 24/04/19	Celso Pires Ferreira Filho Assessor de Auditoria DRCAMFMS CRM - PI 1639 - CPF: 763.563.537-9 CNS 3015604099
48-Documento: () CNS () CPF	49-Num. Documento:		
50-Ass. Carimbo (Rg. Conselho)			
51 - Assinatura Paciente ou Responsável: Adão pereira dos santos			Usuário: (ALLINE REBOUÇAS) Consulta Local: 727519 Consulta SUS: Impressão: 24/06/2019 11:15:17

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR		Nº LAUDO: 217352	
		AIH: 2219100437664	
FORMA DE ENTRADA: PRÓPRIO ESTABELECIMENTO			

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	
ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE			
CARTÃO SUS 108544251090001	NOME DO PACIENTE ADAO PEREIRA DOS SANTOS	NASCIMENTO 05/09/1959	SEXO M
DOCUMENTO CPF 86988598986	NOME DA MÃE RITA MENDES DA SILVA	RESPONSÁVEL O MESMO	
CEP RUA PEDRO II	ENDEREÇO - LOGRADOURO	NUMERO / LOTE 1626	
BAIRRO MACAUBA	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO	
PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS PACIENTE COM HISTÓRIA DE TCE HÁ 2 SEMANAS, EVOLUINDO COM DISFASIA + CEFALÉIA INTENSA. EM TC DE CRÂNIO EVIDENCIOU HSDC COM INDICATIVO CIRÚRGICO.	
CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO AS A CIMA	

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS(RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)	
EXAME FÍSICO + TC DE CRÂNIO	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL S065 - HEMORRAGIA SUBDURAL DEVIDA A TRAUMATISMO		
CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	

PROCEDIMENTO SOLICITADO			
COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO 0403010314 - TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HEMATOMA SUBDURAL CRÔNICO			
LEITO/CLÍNICA NEUROCIRURGIA		PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) ANTONIO CARLOS BARBOSA SOUSA CPF: 96324961320 CRM:	
CARÁTER URGENCIA	DATA SOLICITAÇÃO 21/06/2019		
DATA ADMISSÃO 21/06/2019 19:25	DATA ALTA 23/06/2019 08:30	MOTIVO ALTA MELHORADO	

CAUSAS EXTERNAS(ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)							
TIPO ACIDENTE	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE	SÉRIE	CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA	CBOR	NATUREZA DA LESÃO

AUTORIZAÇÃO			
JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO			
PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) AARAO CRUZ MENDES CPF: 13178547304 CRM:		NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA DATA ANALISE: 24/06/2019 12:13:57 CPF CRM DATA ANALISE	

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:

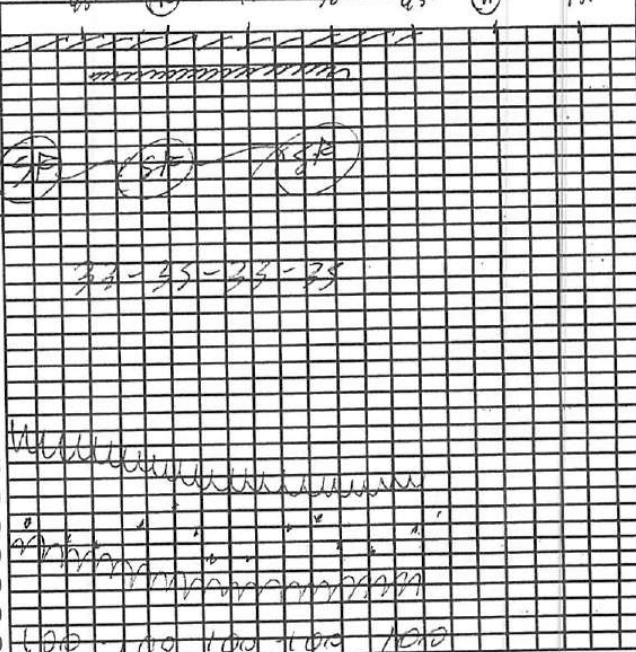

ut:blank

1/1



FOLHA DE ANESTESIA

UNIDADE DE SAÚDE

NOME DO PACIENTE Adão Pereira Dos Santos						Nº DE REGISTRO	
DATA: 22/06/19	P. ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	ALTURA	
EXAMES DE SANGUE	GR. SANGUÍNEO	HEMATIMETRIA	HEMOGLOBINEMIA	HEMATOCRITOS	GLICEMIA	DOS. URÉIA	
EXAMES DE URINA							
FUNÇÃO RESPIRATÓRIA Portador de Arritmia Cardíaca. Em Uso de Corcon?							
SISTEMA CIRCULATÓRIO Nega lesões. Inventário parcial					ELETROCARDIOGRAMA		
SISTEMA RESPIRATÓRIO					ASMA	BRONQUITE	
SISTEMA DIGESTIVO				SISTEMA URINÁRIO			
ESTADO MENTAL				CORTICOIDES	ATARAXICOS	OUTROS	
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO					FÍSICOS		
PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)				APLICADO AS	EFEITOS		
				(9) 30' (10) 15' 70' 45' (11) 15'	TOTAL DE DOSES		
AGENTES ANESTÉSICOS	OXIGÊNIO 1 SEVO 2 3						
LÍQUIDOS	SO-UTO 500 SANGUE 300 OUTROS 100						
TEMPERATURA T	Cº 260 ETCO2 240 38 2						
P. ARTERIAL V O PULSO	200 180 160 140 120 100 80 60 40 20						
INÍCIO E FIM ANESTESIA X							
INÍCIO E FIM OPERAÇÃO							
RESPIRAÇÃO O	SPO2 % 10	100 100 100 100 100					
SÍMBOLOS							
TÉCNICAS Gonm BALANÇADA				INCIDENTE - ACIDENTE			
OPERAÇÕES Canniotomia							
CIRURGIÕES Antonio							
ANESTESISTAS Dr. Italo Hipólito B.T. Silva Médico Anestesiologista CRM 5053 / RQE 2968							
PARITICULARIDADES				CONDIÇÕES PÓS-OPERATÓRIO IMEDIATAS			

MOD 76 - HUT



Prescrição Médica

ALIAS-PA

HORÁRIO

ANESTESIOLOGISTA

CRM-PI 5812

Flávia Leal

Anestesiologista

[Faint circular stamp from the University of Cambridge Library, dated 1970]

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM:

11:00 Admitido no 2º de Trat. cirúrgico de hematómas no fúmur, hematóto dispersos e solitário representado no fúmur, mantendo boa permeabilidade SPO₂ = 98%.

() Sonda Vesical	ml	hs	() Dreno de Sucção	ml	hs	() Dreno Torácico	ml	hs	() DVE	() Colostomia	Sonda () Nasog() Nasoe
	ml	hs		ml	hs		ml	hs			

ESCALA DE DOR ADMISSÃO	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
ESCALA DE DOR	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
TOTAL	09										
ASS.	Jouman										

[illegible]

SINAIS VITAIS		ADMISSÃO		SAÍDA	
PRESSÃO ARTERIAL (mmHg)	153/101			105 x 57	
FREQUÊNCIA CARDÍACA (bpm)	79			75	
SATURACÃO DE O ₂ (%)	98%			98%	
TEMPERATURA AXILAR (O° C)					
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA (rpm)					
NOME/MATRÍCULA	Deiane			Deiane	

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM		NOME DO PACIENTE		DATA 22/06/2019	
		IDADE 59 anos		(PERIDURAL) (SEDAÇÃO)	
		TIPO DE ANESTESIA (GERAL) (RAQUE) (BLOQUEIO)		CIRURGIA REALIZADA	
		11 hs 00 min		HISTÓRIA DO PACIENTE	



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E OU MUDANÇA
DE PROCEDIMENTO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código da Internação: 241610
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: ADAO PEREIRA DOS SANTOS	6 - Prontuário: 67688
7-CNS: 705103362582340 8-Nascimento: 05/09/1959 9-Sexo: Masculino	RG: 270509- PI-Exp:
11-Mãe: RITA MENDES DA SILVA	12-Fone: 86-98863-0923
13-Resp: (O MESMO)	14-Fone:
15-Ender: QD B, CS 10 - ANGELIM - CEP: 64000-010	
16-Munic: TERESINA 17-Cod.IBGE: 221100 18-UF: PI 19-CEP: 64000-010	

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

31-Cod.Proced.Princip. 0403010314	30 - Procedimento Principal / Descrição: TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA SUBDURAL CRONICO	
31-Cod.Procedi- mento Especial	32 - Descrição do Procedimento Especial: Solicitação de Permanência a MENOR	Quant. Soli- cidada: 0
38-Profissional Responsável: ANTONIO CARLOS BARBOSA SOUSA	40-Tp. Documento: CPF	Dr. Marcus Vinícius O. dos Santos CRM: 3950 Coordenador - Neurocirurgia Hospital de Urgência de Teresina
9-Data Solicitação: 23/06/2019	40-No.Doc. Med. Solic.: 963.249.613-20	41-Ass.Carimbo Med.Sol.(CRM)

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Paciente internado neste Hospital, mas com evolução clínica favorável, necessitando de menor permanência

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização: / /	48-CNS/CPF:
51-Justificativa da 'NÃO' autorização:		49-Ass.Carimbo (Rg.Conselho)
50. Nome do Profissional/parecer controle de avaliação/auditoria	51-Data Autorização: 24/07/19	52-CNS/CPF: Celso Pires Ferreira Filho Assessor de Auditoria DRCANFMS CRM - PI 1839 - CPF: 753.563.537 - 9 CNS 201560409300004
		53-Ass.Carimbo (Rg.Conselho)

(ALLINE REBOUÇAS)

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 08/02/2020 15:17:24
http://tpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20020815172391300000007886458
Número do documento: 20020815172391300000007886458





PIMMES - Piauí Material Médico Especializado Ltda
ESPECIALIDADES: TRAUMA, MEDICINA ESPORTIVA, PRÓTESES
COLUNA, BIOMATERIAIS, NEURO E ORTOPÉDICA.
Avenida Campos Sales, 1875 - Telefone: (86) 3222-4458
CEP: 64000-300 • Teresina-Piauí
C.N.P.J (MF) 07475148/0001-21

COMUNICAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - ROPM

PACIENTE - Nome: Adão Pereira dos Santos

Nº AIH: 241610

Nº do Prontuário: 67688 Data da Internação: 1 / 1 / 1

Procedimento Médico Realizado: _____

Indicador de Compatibilidade: 0702010690

MÉDICO RESPONSÁVEL - Nome: Anderson Carlos

CRM Nº _____ CPF Nº _____

DATA DA UTILIZAÇÃO DO MATERIAL: 22 106 19 DATA DA ALTA: 1 / 1 / 1

Código Ropm Nº	DESCRIÇÃO DO MATERIAL (Nome, Espécie, Modelo, Tipo, Nº de Série, Etc...)
	<div><div>NeuroDrain - SILSUC-B DRENAGEM CIRÚRGICA EXTERNA Bolsa de Drenagem 700ml Cateter 450mm x 4mm Sistema Tubular</div><div>EXTERNAL SURGICAL DRAINAGE Drainage Bag 700ml Catheter 450mm x 4mm Tubular System HP BIOPROTESES - www.hpbio.com.br - tel 55 11 3853.7625</div></div> <div><div>N.º Catálogo: REF DB7 C12FR</div><div>LOT 044</div><div>SN N.º série 30</div></div>

Comunicamos ao Fornecedor acima que utilizamos o (s) material (is) aqui discriminado do paciente retro citado.

Teresina de 22 de junho de 2019

Nome do Hospital: HUS

C.N.P.J: _____

Assinatura: _____

Cargo: _____

Nome: _____

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 08/02/2020 15:17:24
http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20020815172391300000007886458
Número do documento: 20020815172391300000007886458





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E OU MUDANÇA
DE PROCEDIMENTO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

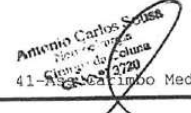
1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código da Internação:
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	241610

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: ADAO PEREIRA DOS SANTOS	6 - Prontuário: 67688
7-CNS: 705103362582340 8-Nascimento: 05/09/1959 9-Sexo: Masculino	RG: 270509- PI-Exp:
11-Mãe: RITA MENDES DA SILVA	12-Fone: 86-98863-0923
13-Resp: (O MESMO)	14-Fone:
15-Ender: QD B, CS 10 - ANGELIM - CEP: 64000-010	17-Cod.IBGE: 221100 18-UF: PI 19-CEP: 64000-010
16-Munic: TERESINA	

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

-Cod.Proced.Princip. 0403010314	30 - Procedimento Principal / Descrição: TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA SUBDURAL CRONICO	
31-Cod.Procedi- mento Especial 0702010090	32 - Descrição do Procedimento Especial: CONJUNTO DE CATETER DE DRENAGEM EXTERNA E/OU MPIC	Quant. Soli- cidata: 1
Fornecedor da OPM: PIMMES		

38-Profissional Responsável: ANTONIO CARLOS BARBOSA SOUSA	40-Tp. Documento: CPF	 Antonio Carlos Barbosa Sousa Médico CRM - PI 1638 - CPF 763.563.537-9 41-Ass. Carimbo Med.Sol. (CRM)
39-Data Solicitação: 22/06/2019	40-No.Doc. Méd. Solic.: 963.249.613-20	

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Plumão com afeto de mãe

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização: / /	48-CNS/CPF:
51-Justificativa da 'NÃO' autorização:		49-Ass.Carimbo (Rg.Conselho)
50. Nome do Profissional/parecer controle de avaliação/auditoria	51-Data Autorização: 24/07/19	52-CNS/CPF: Celso Pires Ferreira Filho Assessor de Auditoria DCA/AFMS CRM - PI 1638 - CPF 763.563.537-9 CNS 20160409230000
		53-Ass.Carimbo (Rg.Conselho)

(KARLA BATISTA)



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **ADAO PEREIRA DOS SANTOS** (Prontuário: 67688)
Endereço: QD B, CS 10 - ANGELIM - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 05/09/1959 Idade: 59a8m28d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 721520
Requisição: 953768 Solicitação: 13/05/2019 Solicitante: WILLIAM DE ALMEIDA MACHADO
Controle: 1216241 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206010079

Data Exame: 13/05/2019

T.C. DE CRANIO

TÉCNICA: EXAME FEITO EM TOMÓGRAFO MULT-SLICE, COM RECONSTRUÇÕES AXIAL, SAGITAL E CORONAL.

RELATÓRIO:

- LESÕES HIPODENSAS, INTRA-AXIAIS, ACOMETENDO CÓRTEX/SUBSTÂNCIA BRANCA EM LOBO FRONTAL E TEMPORAL À DIREITA, COMPATÍVEIS COM ÁREAS DE GLIOSE/ENCEFALOMALACEA.
- ATEROMATOSE PARIETAL CALCIFICADA EM ARTÉRIAS CARÓTIDAS INTERNAS.
- REDUÇÃO DO VOLUME DO PARÊNQUIMA ENCEFÁLICO.
- FRATURA EM ARCO ZIGOMÁTICO ESQUERDO E PAREDE LATERAL DA ÓRBITA ESQUERDA.
- FRATURA DAS PAREDES DO SEIO MAXILAR ESQUERDO COM OBLITERAÇÃO TOTAL DO SEIO POR MATERIAL HEMORRÁGICO.
- EDEMA/HEMATOMA SUBGALEAL FRONTAL À ESQUERDA.

OBS.: FRATURA MANDIBULAR À ESQUERDA.

(LUIS CEZAR)

TERESINA - PI 03/06/2019

MARCELO COELHO AVELINO

CPF: 552.218.663-15 2443 CRM

Profissional Responsável



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **ADAO PEREIRA DOS SANTOS** (Prontuário: 67688)
Endereço: QD B, CS 10 - ANGELIM - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 05/09/1959 Idade: 59a9m16d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 727519
Requisição: 967986 Solicitação: 21/06/2019 Solicitante: MARCUS DENYS ARAUJO COSTA
Controle: 1244558 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206010079

Data Exame: 21/06/2019

T.C. DE CRANIO

TÉCNICA: EXAME FEITO EM TOMÓGRAFO MULT-SLICE, COM RECONSTRUÇÕES AXIAL, SAGITAL E CORONAL.

RELATÓRIO:

- HEMATOMA SUBDURAL SUBAGUDO LOCALIZADO EM CONVEXIDADE FRONTO-PARIETAL ESQUERDA, COM ESPESSURA DE ATÉ 1,5 cm, EXERCENDO EFEITO DE MASSA LOCAL, CARACTERIZADO POR:
 - * APAGAMENTO DOS SULCOS CORTICAIS ADJACENTES;
 - * COLABAMENTO PARCIAL DO VENTRÍCULO LATERAL ESQUERDO;
 - * DESVIO DAS ESTRUTURAS DA LINHA MÉDIA PARA A DIREITA, EM CERCA DE 1,3 cm.
- ÁREAS DE GLIOSE/ENCEFALOMALÁCIA NOS LOBOS FRONTAL E TEMPORAL DIREITOS.
- FOSSA POSTERIOR ANATÔMICA.
- ATEROMATOSE CALCIFICADA EM ARTÉRIAS CARÓTIDAS INTERNAS.

OBS: FRATURAS EM HEMIFACE ESQUERDA.

(IRANDI SILVA)

TERESINA - PI 21/06/2019

RAPHAEL VELOSO NUNES MARTINS

CPF: 940.719.343-87 CRM 3645

Profissional Responsável



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **ADAO PEREIRA DOS SANTOS** (Prontuário: 67688)
Endereço: QD B, CS 10 - ANGELIM - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 05/09/1959 Idade: 59a10m15d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 241578
Requisição: 968008 Solicitação: 21/06/2019 Solicitante: LEONARDO DE MOURA SOUSA JUNIOR
Controle: 1244595 Convênio: S U S CLINICA NEUROLOGIA - P07 ENFERMARIA 216 LEITO 34

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204030170

Data Exame: 21/06/2019

TORAX PA

O estudo radiológico do tórax foi realizado na incidência PA.
Os seguintes aspectos foram observados:

- ACENTUAÇÃO DO ARCO VENTRICULAR ESQUERDO.
- CAMPOS PULMONARES DE TRANSPARENCIA NORMAL.
- SEIOS COSTOFRÊNICOS LIVRES.
- MEDIASTINO SEM ALTERAÇÕES.

CONCLUSÃO: AUMENTO DO VENTRÍCULO ESQUERDO.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 20/07/2019

CARLOS AUGUSTO MOURA FE

CPF: 133.903.173-68 CRM PI 1341

Profissional Responsável





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 02 de Outubro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190551223

Vítima: ADAO PEREIRA DOS SANTOS

Data do Acidente: 13/05/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ADAO PEREIRA DOS SANTOS

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14832059





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 07 de Outubro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190551223

Vítima: ADAO PEREIRA DOS SANTOS

Data do Acidente: 13/05/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

Assunto: INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Senhor(a), ADAO PEREIRA DOS SANTOS

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, foi verificada a necessidade de realização de avaliação médica presencial para a identificação e/ou enquadramento da invalidez permanente de acordo com a tabela prevista na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do seu pedido fica interrompido e sua contagem será reiniciada após a emissão do laudo da avaliação médica.

O não comparecimento à avaliação médica agendada poderá gerar o cancelamento do pedido do Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01947/01948 - carta_02 - INVALIDEZ

00070974



Carta nº 14851241





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 03 de Novembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190551223

Vítima: ADAO PEREIRA DOS SANTOS

Data do Acidente: 13/05/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ADAO PEREIRA DOS SANTOS

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.350,00

Dano Pessoal: Lesões neurológicas que cursem com dano cognitivo-comportamental alienante 100%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 100%) 10,00%

Valor a indenizar: 10,00% x 13.500,00 = R\$ 1.350,00

Recebedor: ADAO PEREIRA DOS SANTOS

Valor: R\$ 1.350,00

Banco: 104

Agência: 000002004

Conta: 0000054666-5

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

